ISSN: 2358-8829

ALÉM DO VISÍVEL: A FOTOGRAFIA COMO FERRAMENTA DE AFIRMAÇÃO DA NEGRITUDE NA ESCOLA

Letícia Clélia da Silva Mendonça [1]
Denise Bortoletto [2]

INTRODUÇÃO

A construção da identidade na infância constitui um processo contínuo, atravessado pelas relações sociais, pelas experiências cotidianas e pelas diferentes formas de expressão que permitem à criança atribuir sentidos a si mesma e ao mundo que a cerca. No contexto escolar, esse processo exige o reconhecimento da criança como sujeito social, histórico e cultural, capaz de produzir conhecimentos, interpretar a realidade e construir narrativas sobre suas próprias vivências. Entretanto, as práticas pedagógicas tradicionais ainda tendem a privilegiar a linguagem verbal e escrita como principais formas de expressão e legitimação do conhecimento, deixando em segundo plano outras linguagens por meio das quais as crianças comunicam seus sentimentos, suas experiências e suas percepções. Diante desse cenário, torna-se necessário refletir sobre as possibilidades de práticas educativas que valorizem a pluralidade das expressões infantis e reconheçam a singularidade de cada criança em seu processo de constituição identitária.

Nessa perspectiva, a Sociologia da Infância oferece contribuições fundamentais para a compreensão da criança como ator social e produtora de cultura. Corsaro (2011), ao desenvolver o conceito de reprodução interpretativa, evidencia que as crianças não apenas assimilam os conhecimentos e valores transmitidos pelos adultos, mas se apropriam deles criativamente, reinterpretando-os e produzindo significados próprios nas relações estabelecidas com seus pares. De maneira complementar, Sarmento (2008)

[1] Graduada do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, leticia.clelia@gmail.com
[2] Doutora pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, denise@nei.ufrn.br

contribui para a compreensão das especificidades das culturas infantis, destacando a importância de reconhecer as crianças como participantes ativas da vida social. No cotidiano escolar, essas relações constituem espaços de compartilhamento de experiências, construção de pertencimentos e negociação de sentidos sobre si mesmas e sobre os outros. Assim, compreender os processos de formação da identidade infantil implica considerar não apenas as experiências individuais, mas também as interações sociais e culturais que atravessam a infância.

É nesse contexto que a fotografia emerge como uma possibilidade de expressão, registro e construção de narrativas sobre a própria existência. Para além de sua dimensão técnica, a imagem fotográfica pode ser compreendida como uma linguagem capaz de materializar percepções, preservar memórias e revelar aspectos da realidade que nem sempre encontram expressão por meio das palavras. Na perspectiva de Flusser (1985), a fotografia envolve escolhas e possibilidades de significação que ultrapassam o funcionamento do aparelho fotográfico, permitindo problematizar a relação entre sujeito, imagem e realidade. Quando incorporada ao contexto educativo como linguagem de autoria, a fotografia possibilita que a criança escolha o que deseja registrar, quais elementos considera significativos e de que maneira pretende representar suas experiências. Desse modo, o ato fotográfico pode favorecer a construção de uma narrativa visual na qual a criança participa ativamente da elaboração dos sentidos atribuídos à sua própria história.

Essa compreensão aproxima-se das reflexões de Bruner (2001) sobre a relação entre cultura, linguagem e constituição do sujeito. A partir de uma perspectiva narrativa, entende-se que as experiências humanas adquirem significados por meio dos processos culturais que permitem interpretá-las e organizá-las. Nesse sentido, a autobiografia fotográfica pode constituir um caminho para que as crianças atribuam sentido às próprias vivências, articulando imagens, memórias, sentimentos e narrativas orais ou escritas. Ao fotografar elementos de seu cotidiano, suas relações afetivas, os espaços que frequenta e as pessoas que considera importantes, a criança pode construir diferentes interpretações sobre quem é, de onde vem e como se relaciona com o mundo. A fotografia, portanto, não se limita ao registro de acontecimentos, mas pode funcionar como um dispositivo de mediação entre experiência, memória e identidade.

Essa possibilidade dialoga também com a perspectiva das múltiplas linguagens da infância, desenvolvida a partir da experiência pedagógica de Reggio Emilia e das

reflexões de Malaguzzi (1999). A valorização das diferentes formas de expressão infantil questiona a centralidade de modelos educativos que reconhecem prioritariamente a palavra escrita como manifestação legítima do pensamento. Ao considerar a imagem como uma das linguagens por meio das quais as crianças elaboram e comunicam suas experiências, amplia-se a compreensão dos processos de aprendizagem e de constituição identitária nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A fotografia, articulada à oralidade, ao desenho e à escrita, pode favorecer a expressão de subjetividades, respeitando os diferentes modos pelos quais cada criança interpreta e representa sua realidade.

Entretanto, reconhecer a potência da fotografia como linguagem autobiográfica exige considerar as relações pedagógicas nas quais sua produção e interpretação estão inseridas. Não basta disponibilizar recursos tecnológicos às crianças se suas escolhas, narrativas e interpretações continuarem subordinadas exclusivamente ao olhar adulto. É necessário construir práticas educativas que reconheçam a autoria infantil e considerem as crianças interlocutoras legítimas na produção de conhecimentos sobre suas próprias experiências. Nessa direção, Kramer (2007) contribui para a defesa de uma educação que respeite as especificidades da infância e reconheça as crianças como sujeitos de direitos, enquanto Madalena Freire (1983) destaca a importância da observação, do registro e da reflexão na construção da prática pedagógica. A escuta ativa, nesse contexto, pressupõe uma postura docente atenta às manifestações verbais e não verbais das crianças, capaz de acolher suas interpretações sem antecipar sentidos ou reduzir suas experiências às expectativas dos adultos.

Essa postura também encontra aproximações com a perspectiva de bell hooks (2013), para quem a educação, compreendida como prática da liberdade, deve favorecer relações pedagógicas comprometidas com a participação, o diálogo e o reconhecimento dos sujeitos. Ao considerar as histórias de vida das crianças como parte constitutiva do processo educativo, torna-se possível questionar práticas que silenciam determinadas experiências e privilegiam representações únicas sobre a infância. A escuta sensível, associada à valorização das múltiplas linguagens, pode contribuir para a construção de um ambiente escolar no qual as crianças encontrem condições para expressar suas identidades, compartilhar suas histórias e reconhecer a diversidade de experiências presentes no grupo.

Essa discussão adquire particular relevância quando considerada a construção da identidade de crianças negras, cujas experiências são atravessadas por representações sociais e padrões estéticos que podem contribuir para a desvalorização de suas características físicas, de suas referências culturais e de suas histórias familiares. Nesse sentido, discutir a fotografia no contexto escolar implica refletir sobre quais imagens são produzidas, quais identidades são representadas e quais experiências encontram espaço para serem reconhecidas. Quando orientada por uma perspectiva crítica e comprometida com a valorização da diversidade, a autobiografia fotográfica pode favorecer a problematização de estereótipos e a construção de narrativas nas quais as crianças negras sejam reconhecidas para além das representações historicamente associadas à inferiorização de seus corpos e culturas. Trata-se, portanto, de compreender a imagem como uma possibilidade de afirmação identitária e de valorização das experiências infantis, sem desconsiderar a importância de uma mediação pedagógica atenta às desigualdades e às relações de poder presentes na sociedade.

A efetivação de propostas dessa natureza também requer atenção aos princípios éticos envolvidos na produção e na circulação de imagens infantis. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), especialmente em seu artigo 17, assegura o direito ao respeito e à preservação da imagem, da identidade e da autonomia da criança. De modo complementar, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Brasil, 2018) estabelece disposições para o tratamento de dados pessoais, incluindo aqueles relacionados a crianças. Assim, a utilização da fotografia como recurso pedagógico deve estar associada ao respeito à privacidade, à proteção da imagem e à participação das crianças nas decisões relacionadas aos seus registros. Reconhecer a autoria infantil significa também compreender que a produção e a exposição de imagens precisam considerar os direitos, os interesses e os limites expressos pelos próprios sujeitos.

Diante dessas reflexões, este trabalho parte da seguinte questão norteadora: como a escuta ativa e a autobiografia fotográfica podem contribuir para a construção da identidade das crianças nos anos iniciais do Ensino Fundamental, considerando-as sujeitos sociais, produtoras de cultura e autoras de suas próprias narrativas? A partir dessa problemática, estabelece-se como objetivo geral analisar, com base na literatura, as possibilidades da autobiografia fotográfica como instrumento de constituição identitária e da escuta ativa como princípio ético e pedagógico no reconhecimento da autoria infantil. Especificamente, busca-se compreender as contribuições da Sociologia

da Infância para o reconhecimento da agência das crianças e de suas culturas de pares; discutir as relações entre fotografia, narrativa autobiográfica e produção de sentidos sobre si; e refletir sobre o papel da docência na construção de práticas pedagógicas pautadas na escuta sensível, na valorização da diversidade e no respeito às múltiplas linguagens infantis.

Para alcançar esses objetivos, a pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, desenvolvido por meio de um ensaio teórico fundamentado em revisão bibliográfica de cunho conceitual. O referencial teórico articula contribuições da Sociologia da Infância, da Psicologia Narrativa, da Filosofia da Imagem e da Pedagogia Crítica, mobilizando os estudos de Corsaro (2011), Sarmento (2008), Bruner (2001), Malaguzzi (1999), Flusser (1985), Kramer (2007), bell hooks (2013) e Madalena Freire (1983). A análise busca estabelecer aproximações entre esses campos de conhecimento, considerando as possibilidades da fotografia para a expressão das subjetividades infantis e a necessidade de uma prática docente comprometida com a escuta e o reconhecimento das crianças.

A relevância deste estudo consiste em contribuir para as discussões sobre a construção da identidade infantil e a valorização das diferentes linguagens no contexto escolar, problematizando práticas pedagógicas que restringem a participação das crianças ou desconsideram suas experiências como fontes legítimas de conhecimento. Ao aproximar a autobiografia fotográfica da escuta ativa, pretende-se ampliar a compreensão da fotografia como possibilidade de expressão, memória e autoria, bem como refletir sobre o papel da escola na construção de espaços educativos mais democráticos, inclusivos e sensíveis à diversidade. Desse modo, compreende-se que reconhecer a criança como autora de sua própria imagem e história representa um caminho para fortalecer sua participação no cotidiano escolar e valorizar as múltiplas formas pelas quais ela constrói e compartilha os sentidos de sua existência.

METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de uma revisão bibliográfica de caráter teórico-conceitual. O estudo tem como objetivo analisar as contribuições da autobiografia fotográfica e da escuta ativa para a construção da identidade infantil nos anos iniciais do Ensino

Fundamental, considerando a criança como sujeito social, produtora de cultura e autora de suas próprias narrativas.

A fundamentação teórica estabelece um diálogo interdisciplinar entre a Sociologia da Infância, a Psicologia Narrativa, a Filosofia da Imagem e a Pedagogia Crítica. Para tanto, são mobilizadas as contribuições de Corsaro (2011) e Sarmento (2008), que fundamentam a compreensão da criança como ator social e produtor de cultura; Bruner (2001), Malaguzzi (1999) e Flusser (1985), cujas perspectivas permitem discutir as relações entre narrativa, imagem e constituição identitária; e Kramer (2007), bell hooks (2013) e Madalena Freire (1983), que contribuem para a reflexão sobre a escuta sensível, a valorização das experiências infantis e o papel da docência na construção de práticas pedagógicas dialógicas.

A análise bibliográfica foi organizada em três eixos temáticos: **(1)** a criança como ator social e produtora de cultura; **(2)** a autobiografia fotográfica como linguagem de expressão e construção identitária; e **(3)** a escuta ativa e o papel da docência na valorização das narrativas infantis. Esses eixos orientam a articulação dos conceitos estudados, buscando compreender as possibilidades da fotografia como instrumento de expressão e autoria infantil, bem como a importância de práticas educativas comprometidas com o reconhecimento das subjetividades e com a valorização da diversidade.

Por se tratar de uma pesquisa exclusivamente bibliográfica, não foram realizadas intervenções pedagógicas, entrevistas ou coleta de imagens de crianças. Dessa forma, as discussões desenvolvidas fundamentam-se na análise e na interpretação das contribuições teóricas selecionadas, sem pretensão de apresentar resultados empíricos. Busca-se, assim, contribuir para as reflexões sobre a autobiografia fotográfica e a escuta ativa como possibilidades pedagógicas para o fortalecimento da identidade e da participação infantil nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

A CRIANÇA COMO SUJEITO SOCIAL: CULTURA DE PARES E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

Compreender a construção da identidade durante a infância exige superar concepções que consideram as crianças apenas receptoras dos conhecimentos e valores transmitidos pelos adultos. A Sociologia da Infância contribui para essa mudança de perspectiva ao reconhecer as crianças como sujeitos sociais que participam ativamente

da construção da realidade. Nessa abordagem, a infância não é compreendida exclusivamente como uma etapa de preparação para a vida adulta, mas como uma experiência social marcada por relações, culturas e formas próprias de interpretar o mundo.

Corsaro (2011), ao discutir a reprodução interpretativa, destaca que as crianças se apropriam criativamente das informações e dos conhecimentos provenientes do mundo adulto, reinterpretando-os em suas interações sociais. Isso significa que elas não apenas reproduzem comportamentos e discursos, mas também participam da produção de significados que circulam nos grupos dos quais fazem parte.

Essa compreensão é importante para pensar a formação da identidade negra, pois as percepções que as crianças desenvolvem sobre si mesmas são atravessadas pelas relações estabelecidas com os colegas, professores, familiares e demais integrantes da sociedade. As experiências de aceitação, identificação, pertencimento ou discriminação podem influenciar a maneira como reconhecem suas características físicas, suas origens e suas referências culturais.

Nesse processo, a cultura de pares assume um papel significativo. As interações entre crianças constituem espaços nos quais elas compartilham experiências, constroem brincadeiras, estabelecem vínculos e atribuem significados às diferenças. Sarmento (2004), ao discutir as culturas da infância, contribui para compreender que as crianças produzem formas particulares de expressão e interpretação da realidade, que precisam ser consideradas nas práticas educativas.

As relações entre pares, entretanto, não são necessariamente livres de conflitos ou preconceitos. As crianças também podem reproduzir representações racistas e padrões de beleza socialmente difundidos. Por isso, é importante compreender essas interações como espaços de aprendizagem e negociação de significados, nos quais tanto podem ocorrer situações de exclusão quanto possibilidades de reconhecimento e valorização das diferenças.

Nesse sentido, a escola possui a responsabilidade de criar condições para que as crianças expressem suas percepções e construam relações pautadas no respeito à diversidade. Ao reconhecer as culturas infantis e valorizar as experiências

compartilhadas, o trabalho pedagógico pode favorecer a reflexão sobre as diferenças raciais e contribuir para a construção de um ambiente em que as identidades das crianças sejam reconhecidas.

A fotografia pode participar desse processo ao oferecer elementos para a expressão individual e a produção coletiva de sentidos. Quando as crianças fotografam a si mesmas, seus espaços de convivência e aspectos significativos de suas vidas, elas podem compartilhar experiências e descobrir semelhanças e diferenças entre suas histórias. Dessa forma, a imagem pode funcionar como ponto de partida para conversas, narrativas e reflexões sobre identidade e pertencimento.

IDENTIDADE NEGRA NA INFÂNCIA: REPRESENTATIVIDADE, PERTENCIMENTO E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE

A construção da identidade negra durante a infância está relacionada às experiências sociais, culturais e afetivas vivenciadas pelas crianças, bem como às representações sobre a população negra presentes na sociedade. A maneira como características físicas, cabelos, tons de pele, tradições familiares e referências culturais são apresentados nos diferentes espaços sociais pode influenciar os processos de identificação e reconhecimento.

Em uma sociedade marcada pelo racismo, as crianças negras podem entrar em contato com representações que desvalorizam suas características físicas e culturais. Essas representações podem aparecer em comentários cotidianos, brincadeiras, materiais pedagógicos, livros infantis, desenhos animados e outros produtos culturais. Quando tais manifestações não são problematizadas, existe o risco de que estereótipos sejam naturalizados no ambiente escolar.

Por esse motivo, a valorização da identidade negra precisa fazer parte do planejamento pedagógico, não se restringindo a atividades pontuais ou a datas comemorativas. É necessário desenvolver práticas que reconheçam a diversidade étnico-racial como dimensão constitutiva da sociedade brasileira e que possibilitem às crianças negras encontrar referências positivas de si mesmas no cotidiano educativo.

A Lei nº 10.639/2003 representa um marco importante nesse debate ao alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabelecer a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, públicos e privados. Posteriormente, a Lei nº 11.645/2008 ampliou essa obrigatoriedade para incluir também a história e a cultura dos povos indígenas.

Essas legislações reforçam a importância de um currículo que reconheça a contribuição de diferentes grupos étnico-raciais para a formação histórica e cultural do Brasil. Entretanto, a efetivação de uma educação comprometida com a igualdade racial depende não apenas da inclusão de conteúdos, mas também da revisão das práticas pedagógicas, dos materiais utilizados e das relações estabelecidas no cotidiano escolar.

A valorização da identidade negra envolve, portanto, a criação de experiências educativas nas quais as crianças possam reconhecer suas características, compartilhar suas histórias e compreender a diversidade como elemento constitutivo da vida coletiva. Isso exige uma postura pedagógica atenta às experiências infantis, que não silencie manifestações de racismo e que promova condições para a construção de relações respeitosas.

Nesse contexto, a fotografia pode contribuir para a produção de representações plurais das crianças negras. Ao possibilitar que elas participem da construção das próprias imagens, esse recurso abre espaço para questionar modelos de representação nos quais determinados padrões estéticos são privilegiados em detrimento de outros.

A produção de autorretratos, por exemplo, pode estimular reflexões sobre características físicas, sentimentos, gostos e formas de identificação. Já o registro de espaços familiares, objetos significativos e experiências culturais pode favorecer a valorização das histórias individuais e coletivas.

É importante destacar, contudo, que a fotografia, isoladamente, não garante a afirmação da identidade negra nem elimina preconceitos. Suas possibilidades educativas dependem da mediação pedagógica, da qualidade das relações estabelecidas e da maneira como as imagens são discutidas e valorizadas no contexto escolar.

Assim, a fotografia pode constituir uma estratégia pedagógica relevante quando articulada a uma proposta educativa antirracista, que reconheça as crianças como participantes do processo de aprendizagem e promova a valorização de suas identidades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos A análise bibliográfica desenvolvida neste estudo possibilitou compreender que a fotografia apresenta potencialidades pedagógicas para a valorização da identidade negra na infância, especialmente quando articulada à cultura de pares, à autobiografia visual e à participação ativa das crianças nos processos de construção do conhecimento. As discussões teóricas evidenciam que a constituição da identidade não ocorre de maneira isolada, mas está relacionada às experiências sociais, culturais e afetivas vivenciadas pelos sujeitos nos diferentes espaços de convivência. Nesse sentido, a escola assume um papel fundamental na construção de experiências que possibilitem às crianças reconhecerem suas características, valorizarem suas histórias e desenvolverem sentimentos de pertencimento.

A partir das contribuições da Sociologia da Infância, compreende-se que as crianças ocupam uma posição ativa na produção de significados sobre si mesmas e sobre o mundo. Corsaro (2011), ao desenvolver o conceito de reprodução interpretativa, demonstra que as crianças se apropriam dos elementos culturais presentes na sociedade e os ressignificam por meio de suas experiências e interações. Essa perspectiva permite reconhecer que as relações estabelecidas entre os pares participam diretamente da construção das identidades infantis, incluindo as percepções sobre características físicas, diferenças culturais e pertencimento racial. Assim, a cultura de pares constitui um espaço significativo para a construção e negociação de sentidos sobre a identidade negra, uma vez que as interações infantis podem favorecer experiências de identificação, reconhecimento e valorização das diferenças, mas também reproduzir preconceitos e estereótipos presentes na sociedade.

As contribuições de Sarmento (2004) reforçam essa compreensão ao reconhecer as culturas da infância como formas particulares de expressão e interpretação da realidade. Dessa maneira, valorizar as experiências infantis significa considerar as

crianças como participantes da construção dos conhecimentos, respeitando suas diferentes formas de comunicação e expressão. Entretanto, é necessário compreender que as relações entre pares não estão livres das contradições sociais, uma vez que as crianças também podem reproduzir discursos racistas e padrões de beleza socialmente estabelecidos. Por esse motivo, o cotidiano escolar precisa ser compreendido como um espaço de produção cultural no qual as relações entre as crianças devem ser acompanhadas por práticas pedagógicas comprometidas com a igualdade racial e com o reconhecimento da diversidade.

Nesse contexto, a fotografia apresenta possibilidades para ampliar os espaços de expressão e participação infantil, permitindo que as crianças construam narrativas sobre suas experiências e atribuam significados às próprias imagens. A discussão sobre a fotografia evidencia que ela não deve ser compreendida exclusivamente como um registro visual, mas também como uma construção simbólica atravessada por escolhas, interpretações e representações sociais. Kossoy (2014) contribui para essa compreensão ao abordar a fotografia como documento histórico, capaz de preservar aspectos de determinado contexto e oferecer elementos para a interpretação das experiências humanas. Flusser (2011), por sua vez, permite ampliar essa discussão ao problematizar a produção das imagens e a relação entre os sujeitos, os aparelhos e os significados construídos visualmente. A partir dessas contribuições, entende-se que fotografar não significa apenas registrar aquilo que está diante da câmera, mas também selecionar perspectivas e produzir representações sobre a realidade.

Quando relacionada à identidade negra, essa discussão adquire uma dimensão política e pedagógica. Historicamente, as representações visuais da população negra foram atravessadas por processos de invisibilização, estereotipação e desvalorização de suas características físicas e culturais. Nesse cenário, a escola precisa assumir o compromisso de ampliar as referências visuais presentes no cotidiano educativo, possibilitando que crianças negras encontrem representações positivas e plurais de si mesmas. A fotografia pode contribuir para esse processo ao permitir que as crianças participem da construção das próprias imagens, questionando representações que não correspondam às suas experiências e ampliando as possibilidades de identificação e valorização da negritude.

ISSN: 2358-8829

A produção de autorretratos, por exemplo, apresenta possibilidades para explorar diferentes características individuais, como tonalidades de pele, cabelos, expressões e particularidades físicas. Entretanto, seu potencial não está restrito à representação da aparência, pois também pode envolver a expressão de sentimentos, histórias familiares, vínculos afetivos e referências culturais. Nesse sentido, a valorização da autoimagem ultrapassa a dimensão estética e alcança aspectos relacionados ao pertencimento e ao reconhecimento social. Ao considerar a criança como participante da produção de suas próprias representações visuais, a fotografia pode contribuir para questionar padrões excludentes e favorecer a construção de percepções positivas sobre a identidade negra.

Essa perspectiva aproxima-se da autobiografia visual, compreendida como uma possibilidade de construção de narrativas sobre si por meio de imagens relacionadas às experiências, aos vínculos e aos espaços significativos para cada sujeito. Diferentemente de uma narrativa exclusivamente escrita, essa modalidade permite articular fotografias, falas, desenhos e outras formas de expressão para comunicar aspectos da própria história. No caso das crianças, a autobiografia visual pode favorecer a manifestação de experiências que nem sempre são facilmente expressas por meio da linguagem escrita, ampliando as possibilidades de participação e autoria nos processos educativos.

Essa discussão dialoga com a concepção das múltiplas linguagens infantis, associada ao pensamento de Loris Malaguzzi (2016), que reconhece as diferentes formas pelas quais as crianças expressam seus pensamentos, sentimentos e interpretações sobre o mundo. Nessa perspectiva, a fotografia pode integrar um conjunto de linguagens que favorecem a criatividade, a investigação e a construção do conhecimento. Seu potencial pedagógico não se limita à utilização de imagens prontas para ilustrar conteúdos, mas também envolve a possibilidade de as próprias crianças participarem da produção, seleção e interpretação dos registros visuais.

A articulação entre autobiografia visual e cultura de pares permite compreender a fotografia como uma possibilidade de construção de narrativas individuais e coletivas durante a infância. Quando as imagens produzidas pelas crianças são compartilhadas em situações de diálogo, podem favorecer a identificação de experiências comuns, o reconhecimento das diferenças e a construção de novos significados sobre as relações sociais. Nesse processo, as crianças podem perceber que suas histórias individuais

integram um conjunto mais amplo de experiências culturais, familiares e sociais. A diversidade de características físicas, configurações familiares, referências culturais e modos de viver pode ser reconhecida como parte constitutiva da coletividade. Entretanto, a construção coletiva não deve apagar as particularidades de cada criança, mas possibilitar que diferentes experiências tenham espaço de expressão e reconhecimento.

Outro aspecto evidenciado pela discussão teórica diz respeito à importância da escuta ativa para o desenvolvimento de práticas educativas comprometidas com a participação das crianças. Reconhecê-las como sujeitos sociais implica considerar suas opiniões, experiências, interpretações e diferentes formas de comunicação nos processos pedagógicos. As contribuições de Fernandes (2016) permitem refletir sobre a dimensão ética da participação infantil, destacando a necessidade de respeitar as crianças como sujeitos de direitos. Nesse sentido, a escuta não deve ser compreendida apenas como a possibilidade de permitir que as crianças falem, mas como o compromisso de considerar suas manifestações e atribuir significado às suas formas de expressão.

A fotografia pode ampliar essas possibilidades ao funcionar como mediadora de conversas e narrativas. As imagens produzidas pelas crianças podem constituir pontos de partida para reflexões sobre identidade, pertencimento, diferenças e experiências culturais. Assim, a mediação pedagógica deve favorecer situações nas quais as crianças tenham liberdade para interpretar suas imagens e compartilhar os sentidos que atribuem a elas. Essa perspectiva também se relaciona à organização curricular por projetos, apresentada por Hernández e Ventura (1998), que possibilita articular diferentes áreas do conhecimento em torno de questões significativas, favorecendo a investigação e a participação dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

A partir dessa compreensão, a fotografia pode integrar propostas pedagógicas que envolvam autorretratos, registros de espaços significativos, narrativas familiares, rodas de conversa e produções coletivas. Essas experiências podem culminar na elaboração de exposições, painéis ou livros visuais que valorizem as histórias e experiências das crianças. Entretanto, é necessário considerar que a participação infantil exige responsabilidade ética, especialmente quando envolve a produção e a circulação de imagens. O respeito à privacidade, à autorização dos responsáveis e à vontade das

próprias crianças deve orientar qualquer proposta que utilize registros fotográficos no ambiente escolar.

A análise das relações entre fotografia, identidade negra e educação evidencia, ainda, a necessidade de compreender as práticas pedagógicas como espaços de enfrentamento ao racismo e de valorização da diversidade étnico-racial. A escola não está isolada das relações sociais e, portanto, também pode reproduzir desigualdades e representações discriminatórias presentes na sociedade. Nesse contexto, a educação antirracista exige mais do que a inclusão de conteúdos relacionados à história e à cultura afro-brasileira, pressupondo uma transformação das práticas educativas, dos materiais pedagógicos e das relações estabelecidas no cotidiano escolar.

A Lei nº 10.639/2003 constitui um marco nesse processo ao estabelecer a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, públicos e privados. Sua implementação reforça a importância de práticas pedagógicas que reconheçam a participação da população negra na formação da sociedade brasileira e contribuam para a superação de perspectivas históricas eurocêntricas. A fotografia pode integrar esse movimento ao ampliar as representações visuais presentes no ambiente educativo, favorecendo discussões sobre padrões de beleza, representatividade, pertencimento e valorização das diferentes identidades.

É importante destacar que a fotografia, isoladamente, não transforma as relações raciais nem elimina manifestações de preconceito. Sua contribuição depende da intencionalidade pedagógica, da mediação docente e do compromisso institucional com uma educação efetivamente antirracista. Dessa forma, sua utilização precisa estar vinculada a propostas que reconheçam as crianças como produtoras de cultura, protagonistas de suas narrativas e participantes ativas da construção do conhecimento.

Portanto, os referenciais analisados permitem compreender a fotografia como uma possibilidade pedagógica de valorização da identidade negra, especialmente quando articulada à cultura de pares, à autobiografia visual e à escuta ativa. Ao possibilitar a produção e o compartilhamento de narrativas visuais, a fotografia amplia as formas de expressão infantil e favorece reflexões sobre identidade, pertencimento e diversidade.

Conclui-se que reconhecer as crianças negras em suas múltiplas formas de expressão e existência constitui um compromisso fundamental da educação, sendo a visibilidade, a participação e a valorização das experiências infantis elementos importantes para a construção de práticas pedagógicas democráticas, inclusivas e antirracistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar, por meio de uma revisão bibliográfica de caráter teórico-conceitual, as possibilidades da fotografia como ferramenta pedagógica de afirmação da negritude na escola, considerando a criança como sujeito social, produtora de cultura e autora de suas próprias narrativas. A discussão desenvolvida permitiu refletir sobre as relações entre fotografia, identidade, cultura de pares e escuta ativa, evidenciando a importância de práticas educativas que reconheçam as múltiplas formas de expressão infantil e valorizem as experiências culturais e sociais das crianças negras.

A partir das contribuições da Sociologia da Infância, especialmente dos estudos de Corsaro (2011) e Sarmento (2008), compreende-se que as crianças participam ativamente da construção de suas identidades e da produção de significados sobre o mundo. As relações estabelecidas entre os pares constituem espaços de compartilhamento de experiências, construção de pertencimentos e negociação de sentidos. Entretanto, essas interações também são atravessadas pelas representações sociais e pelas desigualdades raciais presentes na sociedade, que podem influenciar as maneiras pelas quais as crianças percebem a si mesmas e aos outros. Nesse contexto, reconhecer a agência infantil implica considerar as crianças negras como sujeitos capazes de interpretar, questionar e ressignificar as representações que circulam no cotidiano escolar.

As reflexões sobre a fotografia, fundamentadas nas contribuições de Flusser (1985), Bruner (2001) e Malaguzzi (1999), possibilitaram compreender a imagem para além de sua dimensão técnica ou documental. Quando concebida como linguagem de expressão e autoria, a fotografia pode favorecer a construção de narrativas sobre as experiências infantis, permitindo que as crianças atribuam sentidos às suas histórias, aos seus vínculos afetivos e às suas referências culturais. No caso das crianças negras, essa

possibilidade adquire relevância por abrir espaço para representações que valorizem seus corpos, suas características físicas, suas histórias familiares e suas identidades, contribuindo para questionar estereótipos e ampliar as possibilidades de reconhecimento da negritude no ambiente educativo.

Entretanto, a presença de imagens de pessoas negras no espaço escolar, por si só, não garante o desenvolvimento de práticas comprometidas com a educação antirracista. É necessário problematizar os sentidos atribuídos às representações visuais, os padrões estéticos valorizados socialmente e as condições de participação das crianças na produção de suas próprias imagens. Dessa forma, a fotografia pode assumir um papel significativo quando articulada a propostas pedagógicas que promovam o diálogo, a reflexão crítica e o reconhecimento da diversidade, sem reduzir as experiências negras a representações homogêneas ou desconsiderar as particularidades de cada criança.

Outro aspecto fundamental identificado na discussão refere-se ao papel da docência na construção de práticas pedagógicas pautadas na escuta ativa. As contribuições de Kramer (2007), bell hooks (2013) e Madalena Freire (1983) permitem compreender que reconhecer a criança como autora de sua própria história exige uma postura docente comprometida com o diálogo, a observação e a valorização de suas manifestações. Nesse sentido, a fotografia não deve ser compreendida apenas como um recurso para ilustrar atividades escolares, mas como uma possibilidade de aproximação às experiências infantis, cujos significados precisam ser acolhidos e interpretados em diálogo com as próprias crianças. A escuta sensível, portanto, constitui um princípio importante para que suas narrativas sejam reconhecidas sem que os adultos imponham interpretações únicas às imagens produzidas.

Diante dessas reflexões, compreende-se que a articulação entre fotografia, autobiografia visual e escuta ativa pode oferecer contribuições para a construção de práticas educativas que valorizem a identidade negra e ampliem a participação das crianças nos processos de produção de conhecimento. Ao possibilitar que as crianças escolham o que desejam registrar e compartilhem os sentidos atribuídos às suas imagens, a escola pode favorecer experiências de autoria, pertencimento e reconhecimento. Essa perspectiva exige, contudo, que o trabalho pedagógico considere os direitos das crianças à imagem, à privacidade e à autonomia, respeitando os

princípios éticos que devem orientar a produção e a circulação de registros fotográficos no contexto educativo.

É importante destacar que, por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, as reflexões apresentadas se restringem ao plano teórico e não permitem afirmar efeitos concretos da utilização da fotografia sobre a construção da identidade das crianças. Assim, reconhece-se a necessidade de futuras pesquisas empíricas que investiguem como propostas de autobiografia fotográfica podem ser desenvolvidas nos anos iniciais do Ensino Fundamental, considerando as interpretações das próprias crianças, as relações estabelecidas entre os pares e os desafios enfrentados pelos docentes na construção de práticas pedagógicas antirracistas.

Conclui-se, portanto, que pensar a fotografia para além do visível significa reconhecer que as imagens não apenas registram aspectos da realidade, mas também participam da construção dos sentidos atribuídos a ela. Quando associada à escuta ativa e a uma perspectiva educativa comprometida com a valorização da diversidade étnico-racial, a fotografia apresenta-se como uma possibilidade de ampliar a visibilidade das experiências infantis e fortalecer o reconhecimento das crianças negras como sujeitos de direitos, produtoras de cultura e autoras de suas próprias narrativas. Dessa maneira, a reflexão proposta reafirma a importância de uma escola que não apenas represente a diversidade, mas que crie condições para que as próprias crianças participem da construção das imagens, das histórias e dos significados que constituem suas identidades.

Palavras-chave: Identidade negra; fotografia; cultura de pares; autobiografia visual; educação antirracista..

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade

da temática História e Cultura Afro-Brasileira. Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

CORSARO, William A. **Sociologia da infância.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

FERNANDES, Natália. **Ética na pesquisa com crianças: ausências e desafios.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 21, n. 66, p. 759-779, jul./set. 2016.

FLUSSER, Vilém. **Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia.** São Paulo: Annablume, 2011.

HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. **A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio.** 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & história.** 5. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.

MALAGUZZI, Loris. **As cem linguagens da criança: a experiência de Reggio Emilia em transformação.** Porto Alegre: Penso, 2016.

SARMENTO, Manuel Jacinto. As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA, Ana Beatriz (org.). **Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação.** Porto: ASA, 2004. p. 9-34.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. 18. ed. São Paulo: Contexto, 2017.